

Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado

# Relatório e Contas 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	2
2. BALANÇO .....	12
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	13
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	14
5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS .....	15
6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	16

## **1. RELATÓRIO DE GESTÃO**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias previstas no artigo 12º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, submetemos à Assembleia Geral o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - CES, com sede no Largo D. Dinis – Colégio São Jerónimo, Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação interdisciplinar e transdisciplinar e tem por missão principal a investigação no âmbito das ciências sociais e das humanidades, abrangendo ainda, sempre que adequado, outros domínios científicos. Tem ainda por missão o desenvolvimento de atividades de formação em estudos avançados, nomeadamente programas de doutoramento e pós-doutoramento, a participação em redes de investigação interdisciplinares e transdisciplinares, nacionais e internacionais, o desenvolvimento de atividades de formação contínua, nos domínios profissional e académico, a promoção e difusão da cultura científica e a realização de atividades culturais, com total independência dos poderes políticos, económicos e religiosos.

No início do ano de 2013 realizou-se uma reunião estratégica (25 de fevereiro), convocada pelo Diretor e pela Direção do CES, com a finalidade de um debate amplo sobre quais as orientações estratégicas dos CES para os próximos anos, atendendo às transformações ocorridas na área da investigação e os cortes orçamentais sofridos com forte incidência a partir de 2013, que conduziram às seguintes conclusões.

### **Orientações Metodológicas**

- Promover a investigação interdisciplinar e transdisciplinar, combinando contribuições de diversas áreas e tradições;
- Desenvolver novos e inovadores instrumentos e abordagens analíticas, teóricas e metodológicas capazes de compreender as especificidades e complexidades das sociedades contemporâneas;
- Disseminar o conhecimento científico, disponibilizando-o para múltiplas aplicações, através de iniciativas conjuntas com organizações da sociedade civil, instituições estatais e agências internacionais, bem como entidades da administração local, regional e nacional, no contexto português.

### **Orientações Estratégicas**

- Promoção de novas epistemologias e estímulo à interação cultural de ideias como exercício de uma ecologia dos saberes;
- Apoio ao desenvolvimento de concepções progressivas de direitos humanos, na luta contra as desigualdades e discriminações raciais, sexuais, entre outras, e ao aprofundamento da democracia;
- Reforço da participação em redes nacionais e internacionais, com especial enfoque na cooperação Norte-Sul e na Europa e nas relações com os países de língua oficial portuguesa;
- Estímulo à participação democrática e à cidadania ativa no apoio à formulação de políticas públicas;

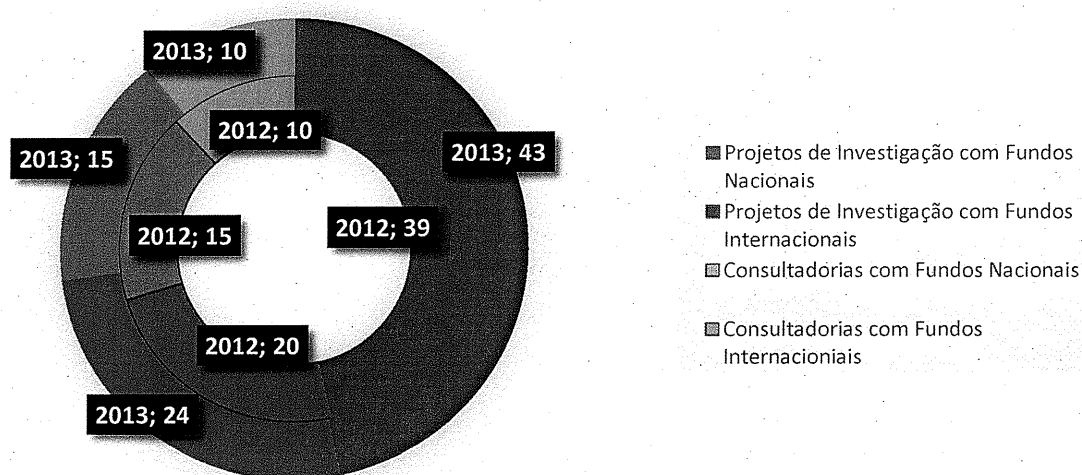
- Aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade portuguesa numa perspetiva comparada, de modo a promover a diversidade de visões e os debates democráticos no seu seio;
- Promover os estudos pós-graduados e atividades de formação avançada de jovens investigadores, profissionais e cidadãos em geral, como forma de contribuir para a melhoria das capacidades sociais para atingir uma melhor qualidade de vida.

O CES está organizado em núcleos de investigação - unidades descentralizadas que englobam um conjunto de investigadores interessados em áreas ou temas relacionados entre si, nomeadamente: Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq), Ciência, Economia e Sociedade (NECES), Democracia, Cidadania e Direito (DECIDe), Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades (POSTRADE).

Em articulação com os núcleos, de forma transversal, existem os seguintes Observatórios dedicados ao acompanhamento e análise de processos sociais e políticos específicos: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ), Observatório da Participação, da Inovação e dos Poderes Locais (PEOPLE'S), Observatório do Risco (OSIRIS), Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul (POLICREDOS), Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA), Observatório das Políticas de Educação e Formação (OP.Edu) e Observatórios das Crises e Alternativas.

Atualmente o CES está inserido em 40 redes internacionais de investigação entre as quais salientamos: Eurozine; IMISCOE; Humanitarian Net; Active Social Policy Networks; AIPAZ; Estudos Urbanos; Expert Group on Gender; CLACSO; European Consortium for Political Research; CODESRIA; IANSA; PRIME; REAPN; ou Public Health Genomics - European Network.

Uma parte importante da atividade científica do CES envolve projetos com equipas constituídas por investigadores do CES, inseridos em redes nacionais e internacionais, assim como atividades de consultadoria. Durante o ano de 2012 e 2013, o CES teve em curso os seguintes números de projetos de investigação financiados, divididos por categorias de financiamentos:



A atividade editorial do CES inclui:

- A **Coleção CES/Almedina** que publica obras individuais e coletivas na forma de livros nas seguintes linhas temáticas: Cidades e Urbanismo, Conhecimento e Instituições, Cosmopolis, Democracia e Participação, Direito e Sociedade, Identidades e Interculturalidades, Literatura e Arte, Políticas Sociais, Risco e Regulação e Trabalho e Sociedade.
- A **Revista Crítica de Ciências Sociais** que acolhe colaboração de autores nacionais e estrangeiros e publica os resultados de investigação avançada em todas as áreas das ciências sociais e das humanidades. No ano de 2013 foram publicados cinco números (RCCS nº 96 a RCCS nº 100).
- A revista **e-cadernos**, uma publicação, a partir de 2013, semestral com arbitragem científica que reúne textos resultantes de conferências, seminários e workshops, assim como textos de pesquisas efetuadas no âmbito de programas de formação avançada e de projetos de investigação científica.
- A revista eletrónica **Cabo dos Trabalhos** publica exclusivamente ensaios selecionados de estudantes dos programas de doutoramento, conferências proferidas por professores convidados, entrevistas, informações várias e outras notas de interesse.
- As **Oficina do CES** (ca. 24 números anuais), dedicadas à divulgação dos resultados de investigação em progresso.
- A newsletter **CESemCENA**, com quatro números por ano, e que inclui notícias sobre as suas atividades recentes e futuras do CES.
- A **RCCS Annual Review**, seleção anual dos melhores artigos publicados na RCCS.
- A **CES Contexto**, que promove a publicação de teses e relatórios científicos.

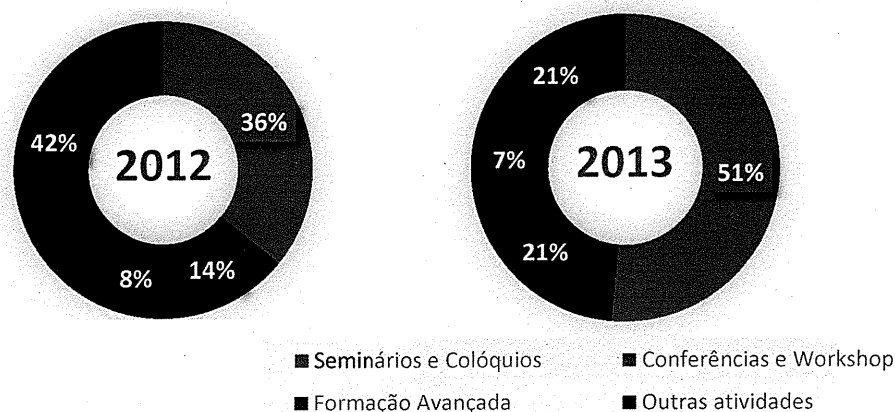
Preocupado com a disseminação da sua investigação, o CES aposta fortemente na sua página da internet – [www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt).

Número de visitas (2013) - 978.803

Durante o ano de 2013, o CES ofereceu em colaboração com a Faculdade de Economia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras e o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, assim como com a Universidade de Aveiro e a Universidade de Lisboa, os seguintes 12 Programas de Doutoramento, com um total de 378 doutorandos relativos aos vários anos:

- Cidades e Culturas Urbanas;
- Human Rights in Contemporary Societies;
- Democracia no Século XXI;
- Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI;
- Estudos Americanos;
- Governança, Conhecimento e Inovação;
- Política Internacional e Resolução de Conflitos;
- Pós-colonialismos e Cidadania Global;
- Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo;
- Território, Risco e Políticas Públicas;
- Linguagens e Heterodoxias: História, Poética e Práticas Sociais;
- Patrimónios de Influência Portuguesa.

Outras atividades desenvolvidas pelo CES incluem: Cursos de Formação, Seminários e Colóquios, Conferências e Workshop, assim como ciclos de cinema e exposições fotográficas, entre outras.



De salientar que as 264 atividades promovidas pelo CES, durante 2013 (comparadas com as 315 organizadas em 2012) tiveram uma participação no total de 10.847 pessoas, havendo atividades sem inscrição e outras restritas a um determinado número, de acordo com a natureza e objetivos do evento. A redução verificada obedeceu a uma orientação estratégica, que considerou que no ano de 2012 houve um excessivo número de atividades.

A Biblioteca N/S assume um papel relevante no apoio aos investigadores e aos alunos dos doutoramentos. Face ao crescimento do número de utilizadores e do tratamento do acervo dos livros recebidos do Centro de Documentação 25 de Abril a equipa da Biblioteca N/S conta atualmente com 3 colaboradores.

	2012	2013
Nº Livros	19.694	20.747
Nº Revistas periódicas	803	889

## INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO CES

### EVOLUÇÃO DAS VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À INVESTIGAÇÃO

Em Euros

	2010	2011	2012	2013
Investigação/Investigação	3,090,931.11	3,188,460.80	3,189,869.51	3,843,352.68
Prestação de serviços	400,693.56	316,846.35	192,968.57	255,224.30
Subsídios à investigação	2,690,237.55	2,871,614.45	2,996,900.94	3,588,128.38
Vendas - RCCS	6,865.68	7,211.75	7,090.17	3,177.61
Inscrições	63,653.13	61,295.87	141,550.67	125,809.86
	<b>3,161,449.92</b>	<b>3,256,968.42</b>	<b>3,338,510.35</b>	<b>3,972,340.15</b>

Da análise do quadro anterior salientamos o acréscimo do valor dos subsídios à investigação decorrente do encerramento de 15 projetos financiados pela FCT com uma elevada execução da despesa no ano de 2013.

### EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em Euros

Gastos em fornecimentos e serviços externos	2010	2011	2012	2013
Subcontratos	15,200.18	8,965.00	7,687.50	6,712.51
Ferramentas e utensílios	4,404.06	2,218.69	2,027.61	4,788.48
Livros e documentação técnica	13,609.58	9,621.30	10,749.42	9,720.83
Material de escritório	39,985.95	34,011.94	32,237.43	25,987.56
Rendas e alugueres	23,076.30	25,794.26	23,911.92	23,122.62
Comunicação	47,079.70	40,943.95	38,230.24	34,344.61
Seguros	5,118.01	4,998.02	5,437.02	4,938.49
Deslocações e estadas	324,350.31	403,865.10	420,616.06	458,548.67
Honorários	374,870.19	281,425.80	294,389.05	438,553.87
Conservação e reparação	18,710.28	24,223.33	17,118.54	12,610.29
Publicidade	35,855.17	31,941.35	25,899.93	15,152.90
Limpeza, higiene e conforto	16,639.42	17,638.56	19,988.23	23,071.22
Trabalhos especializados	161,132.80	106,013.70	98,012.78	155,178.56
Estacionamento	1,305.00	1,240.00	1,035.00	850.00
Bar	4,121.18	3,129.37	2,831.07	853.77
Serviços bancários	3,696.33	4,306.27	5,654.17	3,027.65
Outros	47,690.05	27,369.57	10,257.63	17,260.94
<b>TOTAL</b>	<b>1,136,844.51</b>	<b>1,027,706.00</b>	<b>1,016,083.60</b>	<b>1,234,722.97</b>

Da análise à evolução dos gastos em fornecimentos e serviços externos constatamos um crescimento em 2013 de 21,5% em relação ao ano anterior. As rubricas com o crescimento acentuado incluem as despesas dos projetos relacionadas com tradução, revisão de literatura, análise de dados, edição de livros e viagens para apresentação e disseminação dos resultados obtidos dos projetos de investigação. A principal razão para o crescimento aqui presente decorre da elevada execução dos projetos, da FCT, no fim do seu ciclo de execução, pelo FP7 e pelo ALFA, ambos da União Europeia. Salientamos o início dos trabalhos de investigação nos países estudados pelo projeto ALICE que originam um acréscimo nas despesas de deslocação e estadas. As despesas relativas ao funcionamento geral do CES baixaram, em regra, quase todas, constituindo um esforço de eficiência e gestão dos recursos reduzidos.

### EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Em Euros

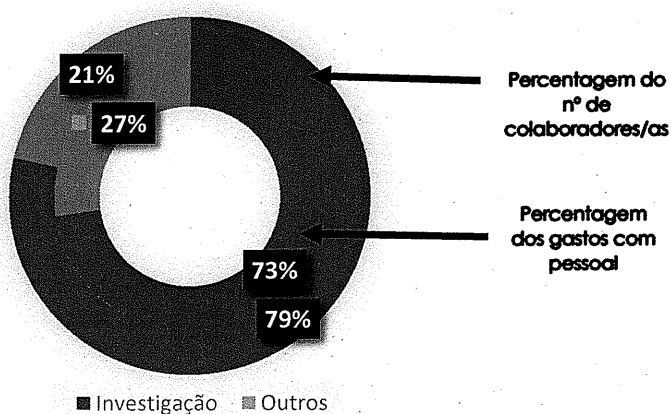
Gastos com pessoal	2010	2011	2012	2013
Vencimentos e outros encargos	1,455,651.89	1,558,710.20	1,520,337.82	1,686,469.42
Seguros de acidentes de trabalho	11,201.46	11,328.11	12,218.35	8,359.87
Bolsas de Investigação	512,998.24	549,561.42	750,865.01	738,441.27
Ajudas de Custos	15,690.38	32,503.38	39,259.64	51,721.91
<b>TOTAL</b>	<b>1,995,541.97</b>	<b>2,152,103.11</b>	<b>2,322,680.82</b>	<b>2,484,992.47</b>

Os gastos com pessoal estão repartidos entre atividade de investigação (doutorados e bolseiros de investigação) e apoio à atividade de investigação, nomeadamente colaboradores/as do gabinete financeiro (GAFIN), do gabinete de gestão de projetos (GAGEP), do gabinete de eventos, comunicação e imagem (GECI), do gabinete de tecnologia de informação (GTI), do gabinete de apoio às publicações (GAP), do CES em Lisboa e, por fim, da Biblioteca Norte/Sul (BNS).

Em Euros

Gastos com pessoal por atividade no ano 2013	
Atividade de investigação	1.807055,38
Apoio à atividade de investigação	677.937,09

Os colaboradores com contrato no CES encontram-se divididos nas seguintes categorias, tendo tido vínculo durante, pelo menos, parte do ano: investigadores contratados (22), bolseiros (73), colaboradores técnicos e administrativos (26).





	2012	2013
Investigadores	124	127
Investigadores juniores	79	74
Funcionários	25	26
Estudantes Phd	371	378
Estudante Pós-Doutoramento	61	79



### RENDIMENTOS A RECONHECER

Em Euros

Decomposição das Prestações de Serviços Diferidas	2011	2012	2013
OPJ	158,983.92	108,576.03	82,659.57
Bairros Críticos	11,485.86	4,857.14	4,620.04
Projeto Angola	103,841.86	158,107.14	166,107.14
Observatório dos Poderes Locais	13,137.94	6,957.51	1,557.51
Conflict Analysis and Peacebuilding	0.00	0.00	25,643.62
Estudo sobre o Voluntariado	21,734.66	9,378.82	4,502.94
Reparação de Acidentes de Trabalho	6,524.61	0.00	0.00
Avaliação da Vulnerabilidade Social - CM Cascais	0.00	0.00	12,164.00
Pro Alv	0.00	0.00	35,208.52
Plano Nacional Contra o Tráfico Humano	10,000.00	10,000.00	10,000.00
Unifoj	0.00	19,356.55	15,470.07
Outros	25,267.13	36,932.05	57,570.13
Estudo de Avaliação da Integração da Perspectiva	0.00	26,555.39	12,598.07
<b>TOTAL</b>	<b>350,975.98</b>	<b>380,720.63</b>	<b>418,101.61</b>

Os rendimentos a reconhecer em 2014 corresponde ao saldo económico que cada projeto/atividade dispõem para conclusão dos trabalhos de investigação.

Os rendimentos a reconhecer referentes aos subsídios ao investimento, considerado nos projetos de investigação como despesas de capital, são montantes de aprovisionamento que são utilizados em função da amortização/depreciação dos bens adquiridos por financiamentos/subsídios.

<b>Subsídios ao investimento – Despesas de Capital</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Subsídio	531,048.46	528,747.69	463,144.88	360,945.91
Amortização do Exercício	158,834.08	143,296.07	133,218.34	85,136.83
<b>Subsídios ao investimento para o ano seguinte</b>	<b>372,214.38</b>	<b>385,451.62</b>	<b>329,926.54</b>	<b>275,809.08</b>

## FACTOS RELEVANTES DA ANÁLISE NA GESTÃO DE PROJECTOS

O saldo do financiamento do Laboratório Associado do período de 2000 a 2008 continua em análise pelo financiador e a Direção aguarda na expectativa da resolução da situação.

A FCT, no final do ano de 2012, alterou o modelo de financiamento das unidades de investigação científica atribuindo os seguintes montantes para o biénio 2013-2014, acrescido, para o ano de 2013, de um Incentivo derivado da boa performance na captação de financiamentos internacionais:

	<b>Financiamento FCT - LA</b>
Projeto Estratégico 2013 - 2014	1.821.000,00
Incentivo – LA 12 - 2013	53.125,00

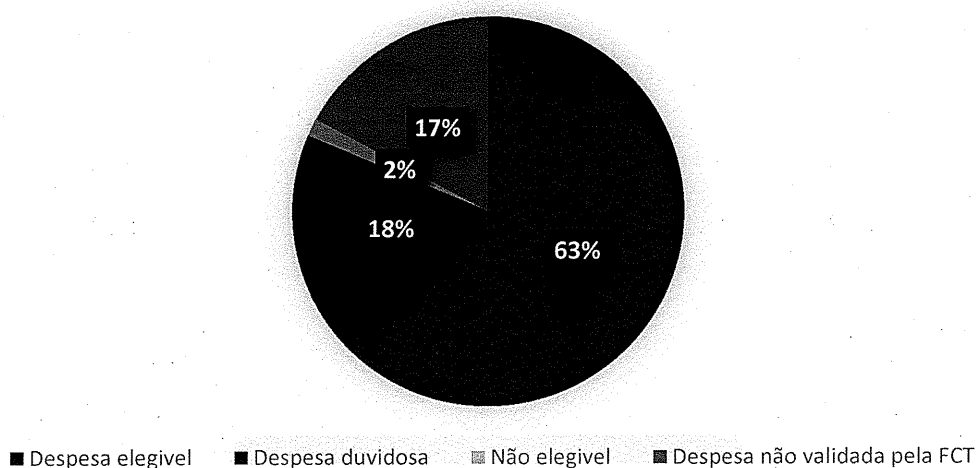
O financiamento do Laboratório Associado (LA) para o biénio 2013-2014, em relação ao biénio anterior, teve uma redução de 553.875,00 euros. A redução do financiamento do LA obriga a uma gestão cuidadosa com uma restrição ao máximo de despesas com uma afetação do financiamento atribuído para o pagamento dos vencimentos. A FCT divulgou recentemente o valor de 102.588,00 euros para o Incentivo – LA -2014, com um período de execução de dois anos 2014-2015.

Durante o ano de 2013 terminaram 15 projetos e iniciaram 5 projetos financiados pela FCT. Com o encerramento dos projetos surgiram dois principais constrangimentos: um é a elevada execução financeira dos projetos no último trimestre; o outro está relacionado com o anterior, que é o planeamento do montante de overheads necessários para uma execução plena dos projetos em termos financeiros.

A plataforma eletrónica disponibilizada pela FCT para a submissão dos pedidos de pagamentos dos projetos obriga, cada vez mais, a uma justificação das despesas pormenorizada, situação que tem originado despesas consideradas de elegibilidade duvidosa nos projetos e atrasos nos procedimentos.

Durante o ano de 2013 foi submetido na plataforma da FCT o montante de despesa no valor de 2.710.632,68 euros. Toda a despesa duvidosa é submetida novamente à FCT com melhoramentos na justificação da despesa, para que seja analisada novamente e considerada despesa elegível.

### Situação da despesa submetida em 2013 (à data 31-12-2013)



Como nos anos anteriores, a FCT continua com atrasos na validação das despesas dos gastos gerais (*overheads*) dos projetos, situação que cria constrangimentos de tesouraria e não permite, efetivamente, encerrar os projetos de investigação financiados pela FCT, por não ser paga a última tranche.

	Financiamento FCT - LA
Projetos encerrados no ano de 2010	69.544,65
Projetos encerrados no ano de 2011	14.253,16
Projetos encerrados no ano de 2012	23.110,92
<b>TOTAL</b>	<b>106.908,73</b>


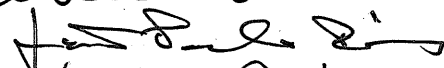

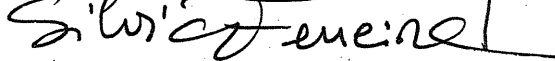
Relativamente aos projetos financiados pela União Europeia, o CES viu aprovado o projeto *ERC Starting Grant-INTIMATE* no valor de 1.462.582,00 euros para o período de 5 anos com início no ano de 2014. O projeto *ALICE* continua em execução com a realização das suas atividades de acordo com o planeado e sem desvios consideráveis.

**Proposta de Aplicação dos Resultados:**

Os resultados apurados foram positivos no montante de € 192.357,55 dos quais se propõe que a sua totalidade seja transferida para a rubrica Resultados Transitados.

Coimbra, 20 de Fevereiro de 2014

A DIREÇÃO

## 2. BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31.12.2013	31.12.2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	355,829.14	413,080.52
Ativos intangíveis	6	2,886.15	2,911.35
Outros ativos financeiros	11	50,129.64	50,000.00
		<b>408,844.93</b>	<b>465,991.87</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	159,327.37	160,610.88
Clientes		41,490.91	43,906.61
Estado e outros entes públicos	12	0.00	0.00
Outras contas a receber	12	4,903,071.71	5,079,329.87
Diferimentos	12	1,961.60	1,815.35
Caixa e depósitos bancários	4	1,086,161.88	1,329,958.15
		<b>6,192,013.47</b>	<b>6,615,620.86</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>6,600,858.40</b>	<b>7,081,612.73</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		109,058.77	109,058.77
Reservas		3,376.13	3,376.13
Resultados transitados		308,189.12	295,630.04
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais		331,175.65	385,293.11
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>192,357.55</b>	<b>12,559.08</b>
<b>Total do Fundo de Capital</b>		<b>944,157.22</b>	<b>805,917.13</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		79,653.07	64,844.57
Estado e outros entes públicos	12	85,168.25	76,779.46
Outras contas a pagar	12	422,088.80	351,552.10
Diferimentos	12	5,069,791.06	5,782,519.47
		<b>5,656,701.18</b>	<b>6,275,695.60</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5,656,701.18</b>	<b>6,275,695.60</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>6,600,858.40</b>	<b>7,081,612.73</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Antônio Manoel Ribeiro*

A Direção

*João Roberto*  
*Guilherme*  
*Silvestre*

### 3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	10	384,211.77	341,609.41
Subsídios, doações e legados à exploração	10	3,588,128.38	2,996,900.94
Variação nos inventários da produção	9	41,341.34	32,568.98
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-133.34	-108.70
Fornecimentos e serviços externos		-1,234,722.97	-1,016,083.60
Gastos com pessoal	12	-2,484,992.47	-2,322,680.82
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	-42,491.51	45.81
Outros rendimentos e ganhos	5/10	94,642.75	167,240.07
Outros gastos e perdas	5	-68,489.57	-53,714.67
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>277,494.38</b>	<b>145,777.42</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-85,136.83	-133,218.34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>192,357.55</b>	<b>12,559.08</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>192,357.55</b>	<b>12,559.08</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>192,357.55</b>	<b>12,559.08</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Antônio Manoel Dias Loure*

A Direção

*João Paulo R.*  
*João Paulo R.*  
*João Paulo R.*  
*Silviano Pereira*

#### 4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>					
Recebimentos de clientes		+		387,305.87	290,030.22
Pagamentos de bolsas		-		(664,172.33)	(687,414.66)
Pagamentos a fornecedores		-		(420,662.78)	(430,874.81)
Pagamentos ao pessoal		-		(1,347,339.68)	(1,341,951.18)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(2,044,868.92)	(2,170,210.43)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		1,826,795.32	2,181,571.78
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		(218,073.60)	11,361.35
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(43,011.75)	(25,287.45)
Ativos fixos intangíveis		-		(447.99)	(8,773.46)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+		0.00	0.00
Investimentos financeiros		+		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		+		17,742.98	36,061.14
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		(25,716.56)	2,000.23
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>					
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2) +(3)			(243,790.36)	13,361.58
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		1,329,952.24	1,316,590.66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		1,086,161.88	1,329,952.24

O Técnico Oficial de Contas

*António Manuel Dias*

A Direção

*António Manuel Dias*  
*António Manuel Dias*  
*António Manuel Dias*  
*António Manuel Dias*



# 5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1	107,058.77	0.00	3,376.13	131,645.21	0.00	0.00	440,818.19	117,564.34	800,462.64
2	2,000.00	0.00	0.00	163,984.83	0.00	0.00	(55,525.08)	(117,564.34)	(7,104.59)
3	2,000.00	0.00	0.00	163,984.83	0.00	0.00	(55,525.08)	(117,564.34)	(7,104.59)
6=1+2+3	109,058.77	0.00	3,376.13	295,630.04	0.00	0.00	385,293.11	12,559.08	805,917.13
6	109,058.77	0.00	3,376.13	295,630.04	0.00	0.00	385,293.11	12,559.08	805,917.13
7	0.00	0.00	0.00	12,559.08	0.00	0.00	(54,117.46)	(12,559.08)	(54,117.46)
8	0.00	0.00	0.00	12,559.08	0.00	0.00	(54,117.46)	(12,559.08)	(54,117.46)
9=7+8	0.00	0.00	0.00	12,559.08	0.00	0.00	(54,117.46)	179,798.47	138,240.09
10	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
11=6+7+8	109,058.77	0.00	3,376.13	308,189.12	0.00	0.00	331,175.65	192,357.55	944,157.22

O Técnico Oficial de Contas

*Auto RL Day 2*

A Direção

*Auto RL Day 2*  
*Auto RL Day 2*  
*Auto RL Day 2*



## **6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Nas notas todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado em contrário)

### **1. Identificação da entidade**

O Centro de Estudos Sociais (CES), criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação e formação avançada na área das ciências sociais e humanas. O CES é uma associação sem fins lucrativos com personalidade jurídica e administrativa autónoma com o reconhecimento de utilidade pública pelo Despacho de 18-02-1994 do Primeiro-Ministro. O ofício nº040298 de 16-07-1998 do Ministério das Finanças atribui isenção de IRC nos termos do Art.º 10 do CIRC quanto às seguintes categorias:

- Categoria C – Rendimentos comerciais e industriais, diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- Categoria E – Rendimentos capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- Categoria F – Rendimentos prediais;
- Categoria G – Ganhos de mais-valia.

Em Fevereiro de 2002, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência (previsto no Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica - Decreto-Lei Nº 125/99) com base em duas premissas centrais: em primeiro lugar, a capacidade demonstrada de desenvolver investigação inovadora sobre a sociedade portuguesa nas suas diferentes vertentes, bem como sobre as transformações atuais a nível mundial, com destaque para as sociedades semiperiféricas e do Hemisfério Sul, particularmente nos países de língua oficial portuguesa; em segundo lugar, o envolvimento do Centro com questões de interesse público, nomeadamente as políticas públicas e as novas formas de regulação; as relações entre o saber científico e a participação dos cidadãos; e o sistema legal e a reforma da administração da justiça. O Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, prevê a avaliação dos Unidades de Investigação. O CES, de acordo com o regulamento foi avaliado em 1999, 2005 e 2008, obteve sempre a qualificação máxima – Excelente. Em 2011, foi assinado um novo contrato de Laboratório Associado, por um período de 10 anos, até 2020, a manter-se em função do resultado das avaliações internacionais a efetuar por parte da FCT.

No ano de 2010, o CES reformulou a sua estrutura científica com a apresentação de uma Proposta da Revisão dos Estatutos<sup>1</sup>, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 2010.

---

<sup>1</sup> Os Estatutos do Centro de Estudos Sociais encontram-se disponíveis em [www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)

## **Estatuto do mecenato científico**

Pelo despacho nº 13387/2013 de 04 de outubro de 2013, reconhece o estatuto do mecenato científico ao Centro de Estudos Sociais para todos os donativos concedidos entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de janeiro de 2015.

## **Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2013**

### **Diretor**

Boaventura Sousa Santos

### **Conselho Científico**

Presidente – José Manuel Pureza  
Vice-presidência – Ana Cristina Santos  
Vice-presidência – Hermes Augusto Costa  
Vice-presidência – Silvia Rodrigues Maeso  
Vice-presidência – Stefania Barca

### **Direção**

António Sousa Ribeiro (Coordenador da Direção)  
Gonçalo Canto Moniz  
Silvia Ferreira  
João Paulo Dias (Diretor-Executivo)

### **Assembleia Geral de Investigadores**

Presidente - Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra  
Vice-presidente – Luísa Trindade  
Secretário – Pedro Góis

### **Conselho Fiscal**

Presidente – Catarina Frade  
Vogal – José Maria Castro Caldas  
Vogal – Rita Serra

De acordo com o Art.º 3º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, os seus fins são:

- a) Elaborar e executar projetos de investigação científica;
- b) Desenvolver programas de doutoramento e de pós-doutoramento;
- c) Publicar e divulgar os resultados da investigação realizada;
- d) Promover atividades de debate e divulgação científica;
- e) Promover a cooperação interinstitucional, nacional e internacional;
- f) Proceder à recolha e tratamento de informação nas áreas das ciências sociais e das humanidades;
- g) Realizar estudos, pareceres e consultorias;
- h) Realizar, desenvolver e promover atividades culturais;
- i) Realizar atividades de extensão;
- j) Estimular a participação dos estudantes nas atividades de investigação científica;
- k) Promover e desenvolver ações de formação profissional e académica;
- l) Conceder bolsas e prémios para apoiar as ações ligadas ao ensino e à investigação;
- m) Exercer quaisquer outras atividades no âmbito da sua missão.

**Sede:** Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, 3001-401 Coimbra  
**N.I.P.C.:** 500 825 840

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Direção em reunião de 03 de Março de 2014.

A Direção e o Conselho Fiscal declaram que, é do seu conhecimento, que a informação que consta no presente relatório foi elaborada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do CES.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março - aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo

## **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

### **3.1. Bases de Preparação**

As demonstrações financeiras do CES foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas para as Entidades do Setor Não Lucrativo aprovadas pelo Decreto de Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou os pressupostos e

estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

### **3.2.1. Moeda Funcional e de Relato**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato

### **3.2.2. Saldos e Transações Expresso em Moedas Estrangeiras**

Todos os ativos e passivos são expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

### **3.3. Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 20 anos, e perdas por imparidade.

### **3.4. Ativos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com a reavaliação livre efetuada pela Direção no ano de 2008, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa por via de sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção, que não a manutenção programada, são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o

ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 15
Outros ativos tangíveis	3 - 15

Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

### 3.5.1 Investimentos Financeiros

O CES classifica os seus investimentos nas categorias: outros investimentos financeiros e caixa e depósitos bancários.

A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A Direção determina a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transação (exceto no caso dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados).

### 3.5.2. Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o CES fornece bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando a maturidade é superior a 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

### **3.5.3. Investimentos Detidos até à Maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o CES tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. A mensuração ao custo de aquisição e os rendimentos gerando são reconhecidos no período que são efetivamente recebidos.

### **3.6. Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

1. Mercadorias e matérias-primas  
As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
2. Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso  
Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao menor valor entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

### **3.7. Valores a Receber Correntes**

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido esperado.

### **3.8. Caixa e Equivalente de Caixa**

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 12 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **3.9. Valores a Pagar Correntes**

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal.

### **3.11. Subsídios**

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que o CES cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar os investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são incluídos na rubrica outras variações de capital próprio, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

### **3.12. Rédito e Especialização dos Exercícios**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. Desta forma, as vendas de produtos (révistas e livros) são reconhecidas apenas quando expedidas para o cliente.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Os ganhos com juros são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante a receber e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O CES regista os seus gastos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos são registadas nas rubricas valores a receber correntes e valores a pagar correntes.

### **3.13. Outras políticas contabilísticas relevantes**

A preparação de demonstrações financeiras exige que o órgão de gestão efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

**Livros e Revistas periódicas da Biblioteca N/S** – A mensuração dos livros e das revistas da Biblioteca N/S, até ao ano de 2007, foram registados pelo custo de aquisição e reconhecidas como gastos no ano da sua aquisição. No ano de 2008, foi efetuada uma reavaliação pela Direção de todos os livros e das revistas da Biblioteca N/S, determinando o valor de 41.000,00 euros. Atualmente encontram-se totalmente amortizados.

Nos anos seguintes os livros e revistas foram reconhecidos como ativos fixos tangíveis amortizados com base no período de vida útil estimado de 3 anos.

**Valorização dos inventários** – O inventário da Revista Crítica de Ciências Sociais, inclui revistas produzidas desde 1978. Desde 1978 a 1994 os inventários não estão valorizados pelo custo de produção, por falta de informação, pelo que cada unidade está valorizada a um valor simbólico de 0,05 euros

#### 4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 as disponibilidades do CES estavam repartidas da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa.....	630,26	1.361,93
Depósitos à ordem.....	524.093,22	659.151,91
Depósitos a prazo – 30 a 180 dias.....	561.438,40	669.438,40

Os depósitos a prazo têm uma duração de aplicação entre 30 a 365 dias.

Nos depósitos à ordem, o CES detém uma conta em dólares (USD) que à data do balanço foi determinada e registada em perdas a diferença de câmbio.

Valor em USD	Taxa de Câmbio (1)	Valor em Euros	Diferença de Câmbio
20.413,42	0,72633	14.482,0	-616,90

1.- A taxa de câmbio à data de 31-12-2013 foi obtida do site <http://www.oanda.com/convert>

#### 5. Políticas Contabilísticas, alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No ano de 2012, o CES aplicou o definido pela Lei do OE para 2012, ou seja, não efetuou pagamento do subsídio de férias e do subsídio de natal às remunerações superiores a eur 1.320. De acordo com o procedimento anterior, no ano de 2011 verificou-se um excesso na estimativa do subsídio de férias situação regularizada em 2012 pela rubrica dos resultados transitados no valor eur 46.420.

O cálculo da estimativa de férias do ano de 2013, a pagar em 2014, foi calculada com base no definido na Lei do OE para 2014.



## 6. Ativo Fixo Intangível

Ativos fixos intangíveis		Programas de computador
Em 01.01.2013	Quantias brutas escrituradas	41.815,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(38.904,56)
	Quantias líquidas escrituradas	<b>2.911,35</b>
Adições		447,99
Transferências		
Alienações, sinistros e abates		
Outras alterações		
Depreciações		(473,19)
Perdas por imparidade		
Em 31.12.2013	Quantias brutas escrituradas	42.263,90
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(39.377,75)
	Quantias líquidas escrituradas	<b>2.886,15</b>

## 7. Ativo Fixo Tangível

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Em 01.01.2012	Quantias brutas escrituradas	370.412,07	495.559,13	286.493,39	179.215,88
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	90.130,92	419.884,27	197.095,02	155.064,27
	Quantias líquidas escrituradas	280.281,15	75.674,86	89.398,37	24.151,61
Adições		6.850,28	47.583,92	1.623,44	19.767,10
Transferências					
Alienações, sinistros e abates			(11.504,63)	(422,03)	(33,07)
Outras alterações					
Depreciações		14.539,22	50.439,80	30.334,86	24.976,60
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	377.262,35	531.638,42	287.694,80	198.949,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	104.670,14	470.324,07	227.429,88	180.040,87
	Quantias líquidas escrituradas	272.592,21	61.314,35	60.264,92	18.909,04
Adições			22.063,74	253,26	5.095,26
Transferências					
Alienações, sinistros e abates					
Outras alterações					
Depreciações		14.440,62	40.522,06	15.681,24	14.019,72
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2013	Quantias brutas escrituradas	377.262,35	553.702,16	287.948,06	204.045,17
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	119.110,76	510.846,13	243.111,12	194.060,59
	Quantias líquidas escrituradas	258.151,59	42.856,03	44.836,94	9.984,58

## 8. Imparidade de Ativos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 ocorreram os seguintes movimentos como imparidade de ativos:

	Saldo inicial	Imparidade	Saldo final
Revista Crítica de Ciências Sociais	2.609,43	42.491,51	45.100,94

A Direção redefiniu a política estratégica da Revista Crítica de Ciências Sociais com o objetivo de aumentar a disseminação dos trabalhos científicos realizados pelo CES. Nesta nova estratégia ficou definido o novo preço de venda ao público de 10 euros de todos os números posteriores à RCCS nº 61.

Esta tomada de decisão colocou em imparidade os seguintes números:

	Custo de Produção	Preço de Venda	Imparidade por revista
RCCS nº 73	9,63	9,43	0,20
RCCS nº 74	9,64	9,43	0,21
RCCS nº 75	10,90	9,43	1,47
RCCS nº 79	9,44	9,43	0,01
RCCS nº 82	11,97	9,43	2,54
RCCS nº 83	12,17	9,43	2,74
RCCS nº 84	12,86	9,43	3,43
RCCS nº 85	10,22	9,43	0,79
RCCS nº 86	10,69	9,43	1,26
RCCS nº 87	10,91	9,43	1,48
RCCS nº 88	11,31	9,43	1,88
RCCS nº 89	11,55	9,43	2,12
RCCS nº 90	14,88	9,43	5,45
RCCS nº 91	16,42	9,43	6,99
RCCS nº 92	15,05	9,43	5,62
RCCS nº 93	16,85	9,43	7,42
RCCS nº 94	16,21	9,43	6,78
RCCS nº 95	16,55	9,43	7,12
RCCS nº 96	24,95	9,43	15,52
RCCS nº 97	24,02	9,43	14,59
RCCS nº 98	23,69	9,43	14,26
RCCS nº 99	25,72	9,43	16,29
RCCS nº 100	24,93	9,43	15,50

## 9. Inventários

VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	Ano 2013	Ano 2012
	Produtos Acabados e Intermedios	Produtos Acabados e Intermedios
Inventários Finais.....	201.989,87	160.648,53
Regularizações de Existências	0,00	30.053,72
Inventários Iniciais.....	160.648,53	158.133,27
Aumento do Exercício	41.341,34	32.568,98

GASTOS DOS INVENTÁRIOS	Ano 2013		Ano 2012	
	Mercadorias	Matérias-Primas	Mercadorias	Matérias-Primas
Existências Iniciais.....	2.571,78	0,00	2.571,78	0,00
Compras.....	0,00	0,00	108,70	0,00
Regularizações de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais.....	2.438,44	0,00	2.571,78	0,00
Custo do Exercício.....	133,34	0,00	108,70	0,00

## 10. Rêdito

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Rendimentos a reconhecer – Prestações de serviços	
Saldo inicial	380.723,63
Aumentos dos rendimentos a reconhecer	418.412,14
Rendimentos reconhecidos	381.034,16
Saldo final	418.101,61

Os subsídios à exploração são recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

<b>Rendimentos a reconhecer – Subsídios à exploração</b>		
1	Saldo inicial	5.401.795,84
2	Aumentos dos rendimentos a reconhecer	3.124.466,77
3	Rendimentos reconhecidos	3.588.128,38
4=1+2-3	Saldo final	4.651.689,45

<b>Rendimentos a reconhecer – Subsídios ao investimento</b>		
1	Saldo inicial	329.926,54
2	Aumentos dos subsídios ao investimento a reconhecer	27.541,00
3	Rendimentos reconhecidos	81.658,46
4=1+2-3	Saldo final	275.809,08

Demonstração dos juros e rendimentos em 2012 e 2013:

	<b>Ano 2013</b>	<b>Ano 2012</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	11.528,69	34.296,37
	11.528,69	34.296,37
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0	(42,88)
	0	(42,88)

## 11. Instrumentos Financeiros

O CES, no ano de 2009, subscreveu Obrigações da CGD. O produto financeiro garante o capital na sua maturidade ou na data de reembolso antecipado. O prazo da aplicação é de 10 anos com a possibilidade reembolso antecipado a partir do 5º ano. Os rendimentos são pagos anualmente, com cupões fixos crescentes e remuneração ativa com as seguintes taxas:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
4%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%

## 12. Outras Informações Legais:

### 12.1. Gastos com Pessoal

Esta rubrica regista as remunerações pagas aos colaboradores do CES com as seguintes categorias:

	Ano 2013	Ano 2012
Investigadores	1.007.410,80	1.013.459,31
Administrativos	677.937,09	517.575,98
Bolseiros	664.172,33	687.414,66
Outros gastos	135.472,25	104.230,87

Os colaboradores com contrato no CES encontram-se divididos nas seguintes categorias, tendo tido vínculo durante, pelo menos, parte do ano: investigadores contratados (22), bolseiros (73), colaboradores técnicos e administrativos (26).

No decurso do ano de 2012, o CES, aplicou a Lei do Orçamento de Estado para 2012 no que concerne às reduções nas remunerações que são comparticipadas pela FCT. As remunerações comparticipadas por financiamentos europeus não estiveram sujeitas à redução das remunerações prevista na Lei do OE para 2012.

O artigo 19º da Lei do OE para 2011, definia a redução da remuneração dos funcionários públicos. O CES solicitou esclarecimentos à FCT e que veio obter o esclarecimento somente no final de Agosto de 2012 relativamente à extensão da aplicabilidade do artigo 19º. Assim ficou esclarecido a aplicabilidade da redução das remunerações dos contratos de trabalho dos investigadores afetos ao programa Ciência 2008. Não ficou esclarecido a aplicabilidade aos contratados de trabalhos financiados pelo Projeto Estratégico existindo uma incerteza na interpretação do artigo pela FCT.

Durante o ano de 2013 a FCT enviou um ofício a informar que os cortes definidos pelo OE 2011 seriam para aplicar no caso do CES, no entanto reside a dúvida se aplicabilidade é ao universo dos colaboradores do CES ou se está circunscrito aos

contratos no âmbito do Compromisso com a Ciência. De acordo com a atual informação disponibilizada pela FCT todos os contratos no âmbito do projeto Compromisso com a Ciência vão ser objeto de correção ao financiamento com um prejuízo financeiro em cerca de 70.575,00 durante o período de 2011 a 2014.

## 12.2. Outros Ativos a Receber

Esta rubrica regista sobretudo os valores que o CES tem direito a receber do financiamento contratualizado e dos projetos de investigação, no caso de uma execução total dos projetos. Atualmente regista o montante de 4.903.071,71 euros.

Descrição		Valores a receber
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		43.652,27
Outros Devedores		30.087,75
Financiamento dos projetos de investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	2.926.704,62
	União Europeia	1.776.400,27
	Outros financiadores	126.226,80
<b>TOTAL</b>		<b>4.903.071,71</b>

## 12.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de "Estados entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	1.805,92	
Retenção de imposto sobre rendimentos	36.400,54	29.541,42
Imposto sobre o valor acrescentado	14.739,43	15.321,72
Contribuições para a Segurança Social	32.222,36	31.916,32

#### 12.4. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2013
Fornecedores de investimentos	2.928,19
Remunerações a liquidar	195.679,37
Despesas Gerais da Universidade de Coimbra	59.434,04
Outras contas a pagar	82.802,35
<b>TOTAL</b>	<b>343.843,95</b>

#### 12.5. Diferimentos

Esta rubrica é composta pelos saldos dos projetos de I&D e das prestações de serviços para execução nos anos seguintes, dentro do prazo da execução do projeto.

#### 12.6. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2013, foram de 4.356€.

#### 12.7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



## 12.8. Outras Informações

Responsabilidade do CES por garantias prestadas	Saldo Final
Garantias bancárias	
- GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, SA (contrato de arrendamento do CES – Lisboa) – Depósito a prazo constituído pelo prazo da vigência do contrato.	26.438,40

Coimbra, 20 de fevereiro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

António Manuel Marques

A Direção

António Manuel Marques  
Gonçalo Gomes  
Silvestre

ORÇAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - 2014				
ORÇAMENTO DA DESPESA				
Rubricas	2011	2012	2013	2014
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Despesas de Investigação</b>				
<b>1. INVESTIGAÇÃO</b>	<b>1,306,000</b>	<b>1,238,000</b>	<b>1,131,200</b>	<b>1,154,392</b>
Apoio à Elaboração de Projetos/Traduções	15,000	15,000	35,000	25,000
Apoio à Internacionalização	35,000	30,000	24,000	20,000
Eventos/Promoção da Cultura Científica	13,000	13,000	5,000	4,000
Prémio CES	6,000	0	10,000	0
Bolsa 'Um Mês no CES'/'Jovens Investigadores'	6,000	5,000	10,000	0
Cátedra Milton Santos/México	0	0	10,000	2,000
Programas de Doutoramento	5,000	5,000	3,000	2,000
Despesas Gerais/Outras despesas de Investigação	50,000	50,000	38,600	9,000
Investigadores (LA e CC) / Bolseiros de Investigação	1,176,000	1,120,000	995,600	834,770
Investigadores FCT	0	0	0	257,622
<b>Despesas Biblioteca Norte/Sul</b>				
<b>2. BIBLIOTECA NORTE/SUL</b>	<b>39,000</b>	<b>26,000</b>	<b>25,500</b>	<b>16,000</b>
Outras despesas	4,000	1,000	1,000	1,000
Livros e revistas	35,000	25,000	24,500	15,000
<b>Despesas Espaços e Equipamento</b>				
<b>3. ESPAÇOS E EQUIPAMENTO</b>	<b>130,300</b>	<b>91,700</b>	<b>91,200</b>	<b>86,000</b>
Material e equipamento informático	13,300	5,000	7,800	2,500
Apoio rede informática	20,000	22,800	22,800	15,000
Software de gestão de informação	2,000	1,500	1,500	3,000
CES Lisboa (renda)	38,000	24,000	24,000	17,000
Qualificação do espaços	35,000	11,000	17,200	30,000
Limpeza espaços	15,000	17,400	17,900	16,000
Outro imobilizado	7,000	10,000	0	2,500
<b>Despesas Gestão e Administração</b>				
<b>4. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>87,000</b>	<b>81,750</b>	<b>98,500</b>	<b>89,300</b>
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>12,500</b>	<b>12,500</b>	<b>11,000</b>	<b>16,500</b>
Consulta jurídica	3,000	3,000	3,000	2,000
Auditorias	7,500	7,500	6,000	7,000
Outras prestações	2,000	2,000	2,000	7,500
Missões e representação institucional	8,000	5,000	5,000	5,000
REDES - CLACSO e CODESRIA	5,750	5,750	7,500	1,800
<b>Despesas correntes</b>	<b>60,750</b>	<b>58,500</b>	<b>75,000</b>	<b>66,000</b>
Material de escritório	5,000	5,000	12,000	16,000
Comunicações (telefones e correios)	39,000	39,000	38,000	30,000
Outras despesas correntes	16,750	14,500	25,000	20,000
<b>Despesas Recursos Humanos - Serviços</b>				
<b>5. RECURSOS HUMANOS - SERVIÇOS</b>	<b>590,168</b>	<b>606,000</b>	<b>548,600</b>	<b>562,855</b>
Diretor Executivo	60,369	60,369	51,500	54,500
Gabinete de Tecnologias de Informação - GTI	51,168	57,000	44,000	46,000
Biblioteca Norte Sul - BNS	90,000	85,000	75,000	77,500
Gabinete de Apoio a Publicações - GAP	35,000	37,000	40,100	47,000
Gabinete Financeiro - GAFIN	88,000	89,000	82,400	85,500
Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem - GECI	98,000	95,000	101,000	103,500
Gabinete de Gestão de Projectos - GAGEP	44,631	48,631	53,100	46,000
Secretariado do Diretor	78,000	79,000	54,500	55,000
CES/Lisboa	45,000	55,000	47,000	47,855
<b>TOTAL</b>	<b>2,152,468</b>	<b>2,043,450</b>	<b>1,895,000</b>	<b>1,908,546</b>
<b>ORÇAMENTO DA RECEITA</b>				
	2011	2012	2013	2014
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>1. Financiamento FCT - Laboratório Associado</b>	<b>1,364,000</b>	<b>1,214,000</b>	<b>1,214,000</b>	<b>876,000</b>
<b>2. Compromisso com a Ciência - investigadores</b>	<b>542,000</b>	<b>540,000</b>	<b>458,000</b>	<b>275,769</b>
<b>3. Investigadores FCT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>257,622</b>
<b>4. Despesas gerais FCT/U.E.</b>	<b>177,468</b>	<b>225,450</b>	<b>200,000</b>	<b>354,155</b>
<b>5. Despesas gerais Prestações de serviços</b>	<b>50,000</b>	<b>42,000</b>	<b>10,000</b>	<b>91,000</b>
<b>6. Revista RCCS + Publicações</b>	<b>7,000</b>	<b>10,000</b>	<b>7,000</b>	<b>3,000</b>
<b>7. Apoios e patrocínios diversos</b>	<b>12,000</b>	<b>12,000</b>	<b>6,000</b>	<b>51,000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2,152,468</b>	<b>2,043,450</b>	<b>1,895,000</b>	<b>1,908,546</b>

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Associados,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, relativamente ao ano de 2013, a atividade do **Centro de Estudos Sociais**, examinámos as respetivas contas e obtivemos da Direcção os esclarecimentos e informações solicitados.

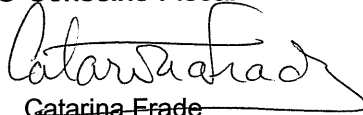
O Balanço, a Demonstração dos Resultados e seus Anexos, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com o relatório de auditoria e certificação legal das contas, com os quais se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

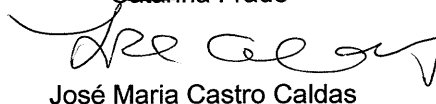
1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial do **Centro de Estudos Sociais** no termo do exercício de 2013.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Coimbra, 03 de março de 2014

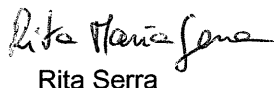
O Conselho Fiscal



Catarina Frade



José Maria Castro Caldas



Rita Serra



Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

## DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

**À Pinto Castanheira, SROC – Soc. Unipessoal, Lda**

**Coimbra, 17 de Março de 2014**

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras do **Centro de Estudos Sociais**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, conducente à respectiva Certificação das Contas.

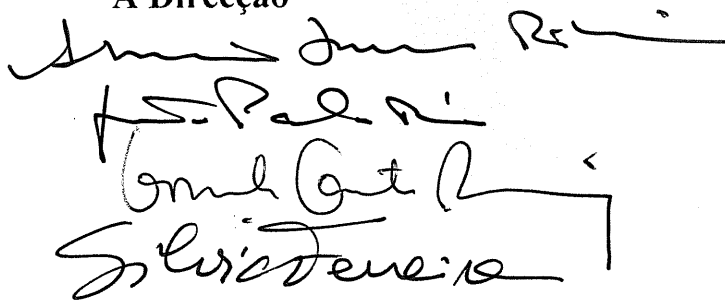
Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respectivos suportes documentais e outros, assim como toda correspondência relevante e as actas de todas as reuniões dos accionistas e dos órgãos sociais e comissões.
2. As demonstrações financeiras não se encontram afectadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
3. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
4. Estão registados todos os activos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
5. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de immobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
6. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
7. Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
8. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
9. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respectivos saldos e transacções.

10. Para além do que está divulgado no Anexo não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas (31 de Dezembro) que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
11. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
12. A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
13. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
14. Não se verificam irregularidades envolvendo os administradores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
15. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertas por seguros contratados por capitais suficientes.
16. Não temos projectos ou intenções que possam pôr em causa a continuidade das operações.
17. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.

A Direcção



O Técnico Oficial de Contas



		QUANT	CUSTO DE PRODUÇÃO	VALOR DO STOCK	PVP (sem IVA)	Imparidade por nº RCCS	VALOR IMPARIDADE STOCK
RCCS Nº	1	20	0.05	1.00	9.43	N/A	
RCCS Nº	2	56	0.05	2.80	9.43	N/A	
RCCS Nº	3	41	0.05	2.05	9.43	N/A	
RCCS Nº	4/5	30	0.05	1.50	9.43	N/A	
RCCS Nº	6	66	0.05	3.30	9.43	N/A	
RCCS Nº	7/8	2	0.05	0.10	9.43	N/A	
RCCS Nº	9	293	0.05	14.65	9.43	N/A	
RCCS Nº	10	127	0.05	6.35	9.43	N/A	
RCCS Nº	11	139	0.05	6.95	9.43	N/A	
RCCS Nº	12	372	0.05	18.60	9.43	N/A	
RCCS Nº	13	493	0.05	24.65	9.43	N/A	
RCCS Nº	14	392	0.05	19.60	9.43	N/A	
RCCS Nº	15/16/17	409	0.05	20.45	9.43	N/A	
RCCS Nº	18/19/20	16	0.05	0.80	9.43	N/A	
RCCS Nº	21	197	0.05	9.85	9.43	N/A	
RCCS Nº	22	36	0.05	1.80	9.43	N/A	
RCCS Nº	23	0	0.05	0.00	9.43	N/A	
RCCS Nº	24	0	0.05	0.00	9.43	N/A	
RCCS Nº	25/26	43	0.05	2.15	9.43	N/A	
RCCS Nº	27/28	152	0.05	7.60	9.43	N/A	
RCCS Nº	29	0	0.05	0.00	9.43	N/A	
RCCS Nº	30	277	0.05	13.85	9.43	N/A	
RCCS Nº	31	107	0.05	5.35	9.43	N/A	
RCCS Nº	32	23	0.05	1.15	9.43	N/A	
RCCS Nº	33	184	0.05	9.20	9.43	N/A	
RCCS Nº	34	214	0.05	10.70	9.43	N/A	
RCCS Nº	35	261	0.05	13.05	9.43	N/A	
RCCS Nº	36	120	0.05	6.00	9.43	N/A	
RCCS Nº	37	99	0.05	4.95	9.43	N/A	
RCCS Nº	38	262	0.05	13.10	9.43	N/A	
RCCS Nº	39	284	0.05	14.20	9.43	N/A	
RCCS Nº	40	322	0.05	16.10	9.43	N/A	
RCCS Nº	41	255	0.05	12.75	9.43	N/A	
RCCS Nº	42	51	0.05	2.55	9.43	N/A	
RCCS Nº	43	237	7.87	1,865.43	9.43	N/A	
RCCS Nº	44	389	7.87	3,061.83	9.43	N/A	
RCCS Nº	45	325	7.87	2,558.09	9.43	N/A	
RCCS Nº	46	399	14.87	5,934.79	15	N/A	
RCCS Nº	47	68	3.12	211.99	9.43	N/A	
RCCS Nº	48	352	3.87	1,362.48	9.43	N/A	
RCCS Nº	49	303	4.75	1,440.32	9.43	N/A	
RCCS Nº	50	436	4.28	1,868.12	9.43	N/A	
RCCS Nº	51	530	4.80	2,543.17	9.43	N/A	
RCCS Nº	52/53	373	4.77	1,778.65	9.43	N/A	

		QUANT	CUSTO DE PRODUÇÃO	VALOR DO STOCK	PVP (sem IVA)	Imparidade por nº RCCS	VALOR IMPARIDADE STOCK
RCCS Nº	54	108	5.72	617.35	9.43	N/A	
RCCS Nº	55	227	6.41	1,454.97	9.43	N/A	
RCCS Nº	56	390	6.03	2,351.88	9.43	N/A	
RCCS Nº	57/58	293	7.88	2,309.13	9.43	N/A	
RCCS Nº	59	449	8.08	3,628.16	9.43	N/A	
RCCS Nº	60	284	8.18	2,323.20	9.43	N/A	
RCCS Nº	61	415	8.46	3,510.90	9.43	N/A	
RCCS Nº	62	443	8.32	3,685.76	9.43	N/A	
RCCS Nº	63	427	8.18	3,492.86	9.43	N/A	
RCCS Nº	64	662	6.59	4,362.58	9.43	N/A	
RCCS Nº	65	675	7.21	4,866.75	9.43	N/A	
RCCS Nº	66	438	7.22	3,162.36	9.43	N/A	
RCCS Nº	67	546	9.08	4,957.68	9.43	N/A	
RCCS Nº	68	602	9.19	5,532.38	9.43	N/A	
RCCS Nº	69	565	6.72	3,796.80	9.43	N/A	
RCCS Nº	70	805	7.13	5,739.65	9.43	N/A	
RCCS Nº	71	126	7.45	938.70	9.43	N/A	
RCCS Nº	72	196	7.63	1,495.48	9.43	N/A	
RCCS Nº	73	314	9.63	3,023.82	9.43	0.20	62.8
RCCS Nº	74	255	9.64	2,458.20	9.43	0.21	53.55
RCCS Nº	75	241	10.90	2,626.90	9.43	1.47	354.27
RCCS Nº	76	163	9.06	1,476.78	9.43	N/A	
RCCS Nº	77	296	9.30	2,752.80	9.43	N/A	
RCCS Nº	78	507	8.96	4,542.72	9.43	N/A	
RCCS Nº	79	159	9.44	1,500.96	9.43	0.01	1.59
RCCS Nº	80	145	8.83	1,280.35	9.43	N/A	
RCCS Nº	81	0	9.78	0.00	9.43	0.35	0
RCCS Nº	82	68	11.97	813.96	9.43	2.54	172.72
RCCS Nº	83	97	12.17	1,180.49	9.43	2.74	265.78
RCCS Nº	84	5	12.86	64.30	9.43	3.43	17.15
RCCS Nº	85	477	10.22	4,874.94	9.43	0.79	376.83
RCCS Nº	86	274	10.69	2,929.06	9.43	1.26	345.24
RCCS Nº	87	238	10.91	2,596.58	9.43	1.48	352.24
RCCS Nº	88	535	11.31	6,050.85	9.43	1.88	1005.8
RCCS Nº	89	148	11.55	1,709.40	9.43	2.12	313.76
RCCS Nº	90	478	14.88	7,112.64	9.43	5.45	2605.1
RCCS Nº	91	469	16.42	7,700.98	9.43	6.99	3278.31
RCCS Nº	92	515	15.05	7,750.75	9.43	5.62	2894.3
RCCS Nº	93	478	16.85	8,054.30	9.43	7.42	3546.76
RCCS Nº	94	265	16.21	4,295.65	9.43	6.78	1796.7
RCCS Nº	95	260	16.55	4,303.00	9.43	7.12	1851.2
RCCS Nº	96	350	24.95	8,732.50	9.43	15.52	5432
RCCS Nº	97	325	24.02	7,806.50	9.43	14.59	4741.75
RCCS Nº	98	326	23.69	7,722.94	9.43	14.26	4648.76

# INVENTÁRIO REVISTA CRITICA DE CIENCIAS SOCIAIS 2013

		QUANT	CUSTO DE PRODUÇÃO	VALOR DO STOCK	PVP (sem IVA)	Imparidade por nº RCCS	VALOR IMPARIDADE STOCK
RCCS Nº	99	327	25.72	8,410.44	9.43	16.29	5326.83
RCCS Nº	100	365	24.93	9,099.45	9.43	15.50	5657.5
<b>TOTAL</b>		<b>24486</b>		<b>201,989.87</b>			<b>45,100.94</b>

De acordo com contagem física a 31/12/2013 efectuada pela Direcção.  
Valorização realizada pelo método do custo de produção.

Coimbra, 31 de Dezembro de 2013.

A DIRECÇÃO

*[Handwritten signatures]*



## INVENTÁRIO DOS LIVROS

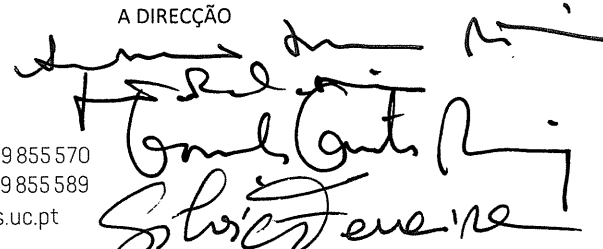
Artigo	Descrição	Quantidade	Custo Aquisição	Valor
1MURPHY	1MURPHY	1	11.43	11.43
2 MURPHY	2 MURPHY	1	11.43	11.43
25 de Abril	25 de Abril - Uma aventura p/ Democ	1	22.67	22.67
APONTAMENTOS	Apontamentos sobre a prática	1	9.33	9.33
ARQUITECTURA	A Arquitectura do quotidiano	0	10.00	0.00
Africa	Africa no Feminino	0	10.67	0.00
Anos	Anos Inquietos	1	10.01	10.01
BRRRAIN	BRRRAIN..., ANTÓNIO OLAIO	1	10.00	10.00
CABANA	A Cabana do higienista	1	9.33	9.33
CURSO DE DIREITO	Um curso de Direito da concorrência	1	8.40	8.40
Classes	Classes e Desigualdades Sociais	2	9.33	18.66
Com os Pés	Com os Pés na Terra	2	8.33	16.66
Cometi um crime	Cometi um Crime?...aborto	1	12.67	12.67
Conflito Vol II	Conflito e Transfor Social Vol II	2	16.33	32.66
Conflito- Vol I	Conflito e Transfor Social Vol I	2	16.33	32.66
Conhecimento	Conhecimento Prudente p/ Uma Vida	2	20.00	40.00
Cor do Tempo	Cor do Tempo Quando Foge(a)	2	13.34	26.68
CÓDIGO	Código da insolvência e da	1	18.20	18.20
DIREITO DA INFÂNCIA	Direito da Infância, da Juventude	1	11.20	11.20
DIREITO TUTELAR	Direito tutelar de menores	1	9.80	9.80
DIREITOS H	Direitos humanos das mulheres	1	12.60	12.60
Democracia	Democracia e participação	4	8.00	32.00
Dicionário	Dicionário da Crítica Feminista	2	9.33	18.66
Discurso	Um Discurso sobre as Ciências	1	3.90	3.90
Dois Anos	Dois Anos a Ferver	2	4.00	8.00
EM CIMA DO JOELHO 10	Em cima do joelho nº 10	1	6.86	6.86
EM CIMA DO JOELHO 11	Em cima do joelho nº 11	1	6.86	6.86
EM CIMA DO JOELHO 12	Em cima do joelho nº 12	1	6.10	6.10
ESCOLA DO PORTO	Escola do Porto: Um mapa crítico	1	9.33	9.33
Economia	Economia em Curso: Contextos e Mob	2	9.33	18.66
Economia(s)	Economia(s)	1	22.00	22.00
Entre	Entre a Fábrica e a Comunidade	1	13.00	13.00
Entre Ser	Entre Ser e Estar	1	14.00	14.00
Estado	Estado Labirintico(o)	1	11.00	11.00
Excepção	Excepção Atlântica	2	9.25	18.50
Fio da Meada (o)	Fio da Meada (o)	2	6.67	13.34
Fórum Social	Fórum Social Mundial (o)	2	7.34	14.68
Globalização	Globalização - Fatalidade ou Utopia	2	14.00	28.00
Gramática	Gramática do Tempo (a)	1	15.00	15.00
	A transportar			584.28

De acordo com contagem física a 31/12/2013 efectuada pela Direcção.

Valorização realizada pelo método do Custo de Aquisição.

Coimbra, 31 de Dezembro de 2013.

A DIRECÇÃO



## INVENTÁRIO DOS LIVROS

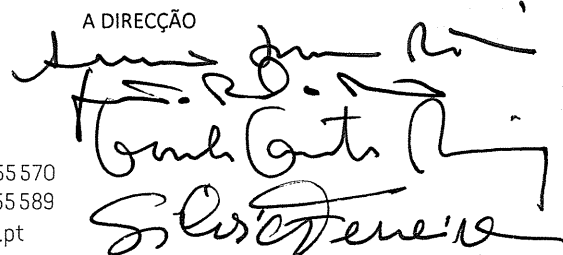
Artigo	Descrição	Quantidade	Custo Aquisição	Valor
	Transporte			584.28
Histórias de Vida	Histórias de Vida: Olhares Interdis	0	6.67	0.00
Introdução	Introdução a uma ciência pós modern	1	6.00	6.00
LAZER	Lazer	1	10.50	10.50
LESLIE	Leslie Martin e a escola de Cambrid	1	10.67	10.67
Lei do Desejo(a)	Lei do Desejo(a)	2	8.67	17.34
Lendo	Lendo Angola	0	8.67	0.00
Macau	Macau: o Pequeníssimo Dragão	1	19.67	19.67
Metodologia	Metodologia das Ciências Sociais	1	8.67	8.67
Moçambique	Moçambique das Palavras Escritas	1	10.67	10.67
NORMA	Norma & Transgressão	1	4.90	4.90
NOVOS RUMOS	Novos rumos da Justiça Cível	1	4.00	4.00
Nação	Nação e Estado	1	11.34	11.34
Objectos	Objectos Impuros	1	11.34	11.34
PERSPECTIVAS	Perspectivas: O espelho maior ou o	1	9.33	9.33
Património	Património Comum da Humanidade	1	11.67	11.67
Pensar	Pensar a Região de Leiria	2	12.00	24.00
Pierre Bourdieu	Pierre Bourdieu	1	10.67	10.67
Poesia - Vol. I	Poesia do Mundo - Vol. I	1	10.01	10.01
Poesia - Vol. II	Poesia do Mundo - Vol. II	1	10.01	10.01
Poesia - Vol. III	Poesia do Mundo - Vol. III	1	7.34	7.34
Poetas	Poetas do Atlântico	2	12.67	25.34
Produzir Viver	Produzir para Viver	1	13.34	13.34
Projecto	Projecto e Circunstância	1	10.67	10.67
Publicos	Publicos para a Cultura na Cidade	1	5.34	5.34
Pulsar	Pulsar da Revolução(o)	1	31.67	31.67
Risco Social	Risco Social e Incerteza	2	10.67	21.34
SISTEMA	Funcionamento do sistema judicial e	1	12.60	12.60
Se eu fosse	Se Eu Fosse Cego?(E)	2	10.67	21.34
Semear	Semear Outras Soluções	1	12.00	12.00
Sindicalismo	Sindicalismo Global ou Metáfora	2	11.34	22.68
Sobre Música	Sobre Música	2	13.34	26.68
Sociedades	Sociedades Contemporâneas: Reflexiv	2	16.00	32.00
TEXTOS	Textos datados	1	10.67	10.67
Teia Global	Teia Global: Movimentos Sociais	1	10.67	10.67
Trabalhar	Trabalhar o Mundo	2	12.00	24.00
Uma História	Uma História de Regressos	1	12.00	12.00
Vozes	Vozes do Mundo(as)	1	14.67	14.67
	A transportar			1,089.42

De acordo com contagem física a 31/12/2013 efectuada pela Direcção.

Valorização realizada pelo método do Custo de Aquisição.

Coimbra, 31 de Dezembro de 2013.

A DIRECÇÃO



## INVENTÁRIO DOS LIVROS

Artigo	Descrição	Quantidade	Custo Aquisição	Valor
	<b>Transporte</b>			<b>1,089.42</b>
	Espaços da indústria	2	6.84	13.69
	Subcontratação e Autonomia	2	5.70	11.40
	Fio da Meada	2	5.70	11.40
	Saberes e Poderes do Hospital	3	7.70	23.09
	Portugal: Retrato Singular	4	14.26	57.02
	Com os Pés na Terra	5	7.13	35.64
	Masculino e Feminino	2	5.70	11.40
	Tribunais nas Sociedades Contemporâneas	1	17.10	17.10
	Encenações e Comportamentos Sexuais	1	9.12	9.12
	Relações Sociais no Trabalho	3	13.11	39.34
	Classes e Desigualdades Sociais	1	8.29	8.29
	O Património Comum da Humanidade	2	9.98	19.95
	Espaços da indústria	9	6.84	61.59
	Subcontratação e Autonomia	10	5.70	57.01
	Fio da Meada	12	5.70	68.42
	Saberes e Poderes do Hospital	9	7.70	69.27
	Portugal: Retrato Singular	12	14.26	171.07
	Com os Pés na Terra	16	7.13	114.05
	Masculino e Feminino	8	5.70	45.61
	Tribunais nas Sociedades Contemporâneas	5	17.10	85.52
	Encenações e Comportamentos Sexuais	8	9.12	72.98
	Relações Sociais no Trabalho	13	13.11	170.47
	Classes e Desigualdades Sociais	2	7.98	15.96
	O Património Comum da Humanidade	16	9.98	159.62
	<b>TOTAL</b>			<b>2,438.44</b>

De acordo com contagem física a 31/12/2013 efectuada pela Direcção.

Valorização realizada pelo método do Custo de Aquisição.

Coimbra, 31 de Dezembro de 2013.

A DIRECÇÃO

855 570  
 855 589

**DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DAS RCCS Nº  
96/97/98/99/100**

Custo com o pessoal	28,261.03
Comunicação	3,601.76
Despesas com traduções	7,967.91
Outras despesas	10.20
Concepção de RCCS	2,235.51
Subsidio - FCT	
<b>Sub-Total</b>	<b>42,076.41</b>

Unidades Produzidas	2050
Custo de Produção Unitário	20.53 (1)

### Custo dos Sub-Contratos da RCCS

RCCS n° 96	1,769.94	400	4.42 (2)
RCCS n° 97	1,394.75	400	3.49 (3)
RCCS n° 98	1,262.20	400	3.16 (4)
RCCS n° 99	2,076.28	400	5.19 (5)
RCCS n° 100	1,979.28	450	4.40 (6)

**50,558.86**

Custo Total de Produção	
RCCS nº 96	24.95
RCCS nº 97	24.02
RCCS nº 98	23.69
RCCS nº 99	25.72
RCCS nº 100	24.93

Coimbra, 31 de Dezembro de 2013.

A Direcção

James M. Smith  
H. P. Smith  
Guthrie Smith  
Elizabeth Smith